

Trajetória pessoal e criação de acervos

A atuação da professora Magda Suely Pereira da Costa na institucionalização do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar)

Personal trajectory and creation of collections: the work of professor Magda Suely Pereira da Costa in the institutionalization of the Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar) / Trayectoria personal y creación de colecciones: el trabajo de la professora Magda Suely Pereira da Costa en la institucionalización del Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar)

George Leonardo Seabra Coelho

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor-adjunto do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.
george.coelho@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória da professora Magda Suely Pereira da Costa no processo de criação do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar). Descrevemos como essa personagem teve papel relevante na preservação documental no estado do Tocantins. Para tanto, realizamos um relato da sua trajetória, de como é pensado o Cdmar e das ações desenvolvidas nele.

Palavras-chave: centro de documentação; memória regional; preservação; atuação profissional.

ABSTRACT

This article presents the trajectory of professor Magda Suely Pereira da Costa in the creation process of the Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar). We describe how this personage played an important role in records preservation in the state of Tocantins. For that, we report her trajectory, how Cdmar is thought and the actions developed in it.

Keywords: documentation center; regional memory; preservation; professional performance.

RESUMEN

Este artículo presenta la trayectoria de la profesora Magda Suely Pereira da Costa en el proceso de creación del Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar). Describimos cómo este personaje tuvo un papel importante en la preservación de documentos en el estado de Tocantins. Para eso, recontamos su trayectoria, cómo se piensa el Cdmar y las acciones que se desarrollan en él.

Palabras clave: centro de documentación; memoria regional; preservación; actuación profesional.

Introdução

Estamos no século XXI e parece que o sentido da modernização da sociedade não atingiu, ainda, os centros de memória e documentação no Brasil. Com raras exceções, poucos são os arquivos organizados, e o documento ainda é visto como algo descartável se ele não tem valor legal ou validade como instrumento para a pesquisa histórica. Data de algumas décadas a preocupação mais consistente das instituições brasileiras em guardar e preservar documentos. Essa preocupação tem proporcionado algumas experiências importantíssimas, as quais viabilizaram a criação de diversos centros de memória, laboratórios de pesquisas e/ou núcleos de documentação. Para essa tarefa, surgem pessoas que procuram preservar acervos, encarando o documento como peça fundamental a embasar interpretações sobre o passado e, conseqüentemente, acerca dos modos de vida e de pensar de uma determinada época, grupo ou lugar.

Textuais, audiovisuais, cartográficos ou iconográficos, os documentos constituem fatores de informações únicas, que são agrupados, relacionados e selecionados pelo acervo/arquivo. Essa atitude é fundamental, uma vez que o conhecimento histórico só se torna possível pela existência de “traços”, de “evidências” ou “vestígios” que, analisados à luz de determinados conceitos, possibilitam a ampliação dos estudos sobre as ações de homens e mulheres no tempo (Bloch, 2001). Por essa razão, a preservação de documentos é, assim, imprescindível para a memória e a história das sociedades, porquanto, eles viabilizam a recuperação de identidades, quer de grupos, quer de indivíduos. Preservar não significa apenas guardar, mas sim desenvolver uma atividade sistematizada de classificação e descrição que facilite a busca da informação pelo usuário ou pesquisador.

Nos últimos anos, diversos pesquisadores, a saber, Maria Fonseca (2005), Paulo Santos (2010), César Castro (2012), Angélica Marques (2013), Eliezer Silva (2013), Vanderlei Batista dos Santos (2014), Vitor Fonseca e Darlene Bezerra (2017), entre outros, têm tomado como objeto de análise o percurso histórico da arquivologia no Brasil. Esses estudos tiveram o intuito de compreender sua institucionalização em diferentes dimensões e vertentes, identificando aspectos políticos, teórico-metodológicos, científicos, sociais e culturais. Na perspectiva desses estudos, o conhecimento arquivístico é indissociável das estratégias e projetos de seus principais atores, sejam instituições, associações, grupos ou indivíduos. Frente a essa problemática, este artigo contempla a trajetória da professora doutora Magda Suely Pereira Costa no processo de organização, estruturação e institucionalização do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar), o qual está instalado nas dependências da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no *campus* de Arraias (TO). Ao longo deste artigo,

veremos como essa personagem teve e tem um papel primordial na defesa da preservação de parte do acervo documental no estado do Tocantins.

No primeiro tópico, intitulado “Trajetória profissional: entre a docência, a pesquisa e a preservação documental”, desenvolveremos um breve relato da trajetória profissional da professora Magda Suely. Nessa seção, não pretendemos apresentar um relato biográfico como aponta François Dosse (2015), mas alguns elementos de formação dessa docente e os laços que a ligam ao município de Arraias. Acreditamos que esse percurso seja fundamental para entendermos como a professora Magda Suely dedicou parte de sua carreira acadêmica à criação do Cdmar. No segundo tópico, intitulado “Criação, organização e institucionalização do Cdmar”, apresentaremos ao leitor o processo de organização, estruturação e institucionalização desse arquivo. Para tanto, realizamos entrevistas com a professora Magda Suely e os professores Marcos Edilson de A. Clemente e Saulo Éber Tarsio de Souza, nas quais colhemos informações sobre esse processo, sobre os sujeitos envolvidos com o centro de documentação e sobre as dificuldades e as conquistas. Esse exercício será fundamental para reconstruirmos sociologicamente a articulação dos diferentes sujeitos que estavam e estão envolvidos na concretização desse centro. No último tópico, intitulado “Processo de catalogação e digitalização do acervo cartorial do século XVIII preservado no Cdmar”, apresentaremos como é pensado esse centro, o processo de digitalização dos manuscritos do século XVIII, as ações desenvolvidas no presente e os projetos a serem elaborados no futuro.

Sem querermos detalhar a importância dada aos acervos de documentação, independentemente do tipo, ou o princípio de proveniência dos fundos ou coleções que os compõem, nosso intuito é apontar a história de institucionalização do Cdmar. A partir dessa breve explanação, consideramos que a organização do centro, empreendida pela professora Magda Suely, é um exemplo de dedicação e trabalho de preservação, catalogação e publicização dos documentos históricos. Este artigo é parte desse esforço, uma vez que o intuito desse centro de documentação é a preservação do documento físico, a digitalização do acervo e a divulgação de fontes capazes de subsidiar estudos sobre a memória e a história da sociedade do nordeste de Goiás e do sudeste do Tocantins.

Trajetória profissional: entre a docência, a pesquisa e a preservação documental

Seguindo o debate contemporâneo sobre a relação, apresentada por Giovanni Levi (2006), François Dosse (2009) e Alexandre de Sá Avelar (2012), entre o gênero biográfico e a pesquisa histórica, as considerações de Lilia Schwarcz (2017)

serão importantes para traçar os elos que ligam a trajetória profissional da professora Magda Suely à sua atuação no Cdmar. Para Schwarcz (2017), “escrever sobre uma vida [dos sujeitos] implica interrogar o que os episódios de um destino pessoal têm a dizer sobre o mundo e as coisas públicas”. Segundo a autora, esse procedimento lança “um fecho de luz sobre o sentimento do tempo e o modo como esse sentimento foi vivido, estabelecendo conexões entre eventos e nosso personagem” (Schwarcz, 2017, p. 491-492).

Com base nesse argumento inicial, destacaremos a formação profissional da professora Magda Suely, de forma a construir elos com sua atuação à frente do Cdmar. Para os limites deste estudo, nos aproximaremos da perspectiva da trajetória de vida como “um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa”, os quais são determinados “pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessa existência ao longo de uma vida” (Born, 2001, p. 243). Com base nesses pressupostos, vamos conhecer um pouco dos caminhos percorridos pela professora antes de concretizar seu projeto: a criação de um centro de documentação na cidade de Arraias.

A professora Magda Suely nasceu no município de Arraias (TO), no dia 19 de julho de 1957, onde cursou toda a educação básica. Em 1977, mudou-se para Goiânia (GO) e ingressou na graduação em pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), concluindo-a em 1980. Após o término da graduação, mudou-se para a capital de São Paulo e iniciou o curso de especialização *lato sensu* no Instituto Pedagógico Maria Montessori, o qual foi concluído em 1981. Em 1998, ingressou no programa de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), recebendo o título de mestra em educação no ano de 2000. Quatro anos depois, ingressou no programa de doutorado do Departamento de Sociologia da UnB, recebendo o título de doutora em sociologia em 2008. Em 2014, finalizou o estágio de pós-doutorado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo qual fez intercâmbios em instituições de ensino francesas, entre elas a *École Veneux-les-Sablons* e a *Université Paris VIII*.

Sua carreira no campo da docência iniciou-se na década de 1970, passando por diversas instituições de ensino, entre elas o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1970-1976), em Arraias, e o Externato São José (1977-1981), em Goiânia. Ainda na educação básica, foi proprietária da Escolinha Feliz (1982-1999), em Arraias, diretora do colégio estadual Joana Batista Cordeiro (1983-1985), no mesmo município, e coordenadora do ensino fundamental do colégio estadual Polivalente (1989-1993), em Campos Belos (GO). De 1991 a 2006, trabalhou como professora concursada na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), em Arraias, sendo diretora da instituição entre 1993 e 1995. Em 2001, assumiu

a coordenação do curso de Letras na Universidade Estadual de Goiás (UEG), na unidade de Campos Belos (GO) e, em 2003, ocupou a coordenação-geral da referida unidade universitária. Com a extinção da Unitins e a criação da UFT em 2006, a professora Magda foi aprovada em concurso realizado pela nova universidade, na qual atuou até se aposentar em 2019 como professora associada. No decorrer de sua docência no ensino superior, lecionou as disciplinas Didática e Planejamento Educacional, Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem, Infância, Cultura e Sociedade e História da Criança e da Infância.

Durante sua atividade na UFT, a professora foi coordenadora de pesquisa no *campus* de Arraias, onde desenvolveu o projeto de extensão intitulado “A arte de contar histórias: uma proposta de exteriorização infantil”. Também elaborou o projeto chamado “A infância: saberes e poderes na região Sudeste e áreas quilombolas do estado do Tocantins”, o qual foi efetivado em parceria com a Diretoria Regional de Ensino e o Ministério Público do Trabalho do Tocantins. Além disso, executou os projetos “Cidadania e conscientização política” e “O olhar e o chão no Mimoso-Kalunga”, ambos em parceria com os seguintes órgãos de Arraias: a Secretaria de Educação, o Tribunal Regional Eleitoral, o Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho.

Além de desenvolver pesquisas sobre a relação professor-aluno, a professora Magda também produziu estudos a respeito da relação entre educação, cultura popular, política e poder no município de Arraias, temas que foram trabalhados em seu doutorado e no estágio de pós-doutoramento. Esses estudos estão reunidos no Grupo de Estudos e Pesquisa em História Sociedade e Educação (GHISE), liderado por ela. O GHISE é organizado em duas linhas de pesquisa: Cultura, Infância e Sociedade e Educação, Sociedade e Relações de Poder. Além da publicação de diversos artigos, capítulos de livros, participação em conferências e mesas-redondas, a professora publicou o livro *Educação e cultura de Arraias* (2000) e organizou a publicação de *O olhar e o sentir no chão do Mimoso* (2017a). Em relação a homenagens, recebeu da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, em 2009, o prêmio intitulado “Escolas do Tocantins: educação fazendo história”.

Quanto ao trabalho de extensão, esteve à frente do projeto “Acessibilidade e conhecimento na UFT”, que há quase vinte anos subsidiou sua luta pela criação de um centro de documentação em sua cidade natal. Ocupando a coordenação-geral do Cdmr desde 2009, a professora Magda desenvolveu o trabalho de aquisição, catalogação e pesquisa do acervo documental do referido centro e, mesmo estando aposentada desde 2019, continua contribuindo com a UFT como professora colaboradora e pesquisadora.

Ao traçar os elos que ligam a trajetória profissional da nossa personagem ao seu papel de idealizadora do Cdmr, vemos como seu caminhar ilumina um

destino pessoal que tem muito a dizer sobre o lugar e a pessoa. Através desse breve relato sobre suas atividades profissionais, percebemos claramente os elos que a ligam ao município de Arraias. Como o município no interior do Tocantins não oferecia – nas décadas de 1970 e 1980 – condições para que se desse prosseguimento aos estudos em nível superior, a professora muda-se para grandes centros e, ao concluir seus estudos, volta à sua cidade natal. Em seu retorno, atuou em todos os níveis da educação e, no ensino superior, desenvolveu estudos sobre comunidades quilombolas, tradições e educação no estado do Tocantins. Ao tomar conhecimento do pequeno número de estudos históricos sobre a cidade de Arraias,¹ a professora Magda empenhou-se em organizar um centro de documentação, com o intuito de contribuir para o preenchimento desse “vazio” historiográfico, o qual também era uma marca de outros municípios do sudeste tocantinense e do nordeste goiano.

Sabendo da trajetória profissional dessa personagem, vejamos, no próximo tópico, como foi sua atuação no processo de organização, estruturação e institucionalização do Cdmar e, em especial, como se deu sua articulação com professores, gestores, magistrados e outros sujeitos da sociedade tocantinense.

Criação, organização e institucionalização do Cdmar

Segundo Verena Alberti (2005, p. 96), a perspectiva da história oral permite o registro de testemunhos e o acesso às “histórias dentro da história” e, dessa forma, nos permite realizar diversas interpretações sobre o passado. A autora lembra que a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história, a qual pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas sobre o fato estudado. Seguindo tal raciocínio, optamos por lançar mão de entrevistas,² realizadas especialmente com a professora Magda Suely, mas também com os professores Marcos Edilson de A. Clemente e Saulo

1 O município de Arraias tem sua origem nos anos da ocupação do atual estado de Goiás, no século XVIII. Sua ocupação teve início em 1739 com a descoberta de veios auríferos e, em 1740, com o apoio do governador d. Luís de Mascarenhas, transformou-se em julgado com a nomenclatura de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias. Sobre a cidade, encontramos dois conjuntos de informações: por viajantes do século XIX e alguns estudos históricos. Mesmo com esses dois conjuntos bibliográficos, não foram produzidos estudos historiográficos de peso sobre o município durante o período colonial.

2 Partes dessas entrevistas foram realizadas em novembro de 2019 nas dependências do Cdmar, outra parte foi feita via videoconferência. Essas entrevistas estarão em um documentário que registrará o processo de criação do referido centro de documentação. Elas foram fundamentais para o entendimento das formas como pessoas ou grupos envolvidos na criação do Cdmar efeturaram e elaboraram suas experiências. Apesar dessa possibilidade, ficamos atentos “ao fato de significados atribuídos às ações e escolhas do passado serem determinados por uma visão retrospectiva” por parte dos entrevistados (Alberti, 2008, p. 170).

Éber Tarsio de Souza. Essas entrevistas foram capazes de esclarecer alguns fatos acerca do processo de criação do Cdmr.

Segundo Costa (2017b), a partir da década de 1990, iniciou-se um forte processo de estruturação de arquivos históricos no Brasil. Essa realidade, entretanto, não foi comum na maior parte dos municípios brasileiros. Contudo, em alguns deles, que são sede de *campi* universitários, a estruturação de centros de memória tem sido mais acentuada. Esse processo se dá por dois motivos: a função social dessas instituições de ensino e o papel dos docentes preocupados com a preservação documental. Diante da necessidade de organização de arquivos públicos é que compreendemos a intencionalidade da criação do Cdmr: contribuir para o estudo e a compreensão da sociedade local, regional e nacional.

Em entrevista, a professora Magda defendeu que a história de criação do Cdmr pode ser contada através das experiências de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos professores da Unitins na década de 1990. Como a jovem instituição de ensino superior possuía pouquíssimos professores efetivos, esses docentes encontraram diversas dificuldades na sedimentação de projetos mais longevos, mas que não impediram algumas iniciativas. Em 2001, novos professores foram incorporados ao curso de Pedagogia, entre eles o historiador Marcos Edilson de A. Clemente. Com isso, o professor Marcos passou a encabeçar o projeto intitulado “Recuperação dos documentos cartoriais manuscritos do século XVIII e XIX”, na linha de pesquisa Educação, Memória e Cultura. A equipe coordenada por ele foi composta pelos professores Maria Salomé Maia e Luís Gustavo. Em 2002, o professor Marcos Clemente solicitou ao diretor do campo – professor Ivanildo Rodrigues – um diálogo com o juiz da comarca de Arraias para a aquisição e a guarda provisória dos documentos manuscritos preservados no fórum municipal.

Em 16 de agosto de 2002, o *campus* universitário de Arraias recebeu o parecer favorável do juiz e diretor do fórum local, Márcio Ricardo Ferreira Machado. Na ocasião, a Unitins assumiu o compromisso de catalogar, conservar, arquivar e disponibilizar, em bases adequadas, os documentos históricos que se encontravam guardados nesse fórum. Com a aquisição do acervo, o professor Marcos Clemente organizou um grupo de alunos para iniciar o processo de transferência desses manuscritos do Fórum de Arraias para a sede do Centro de Documentação Chapada dos Negros (CDCN) – nomenclatura do futuro centro de documentação idealizado pelo próprio professor –, a qual estava localizada no *campus* universitário de Arraias. Após a transferência do acervo, o professor lembra que esse grupo empreendeu um primeiro procedimento de higienização e catalogação de mais de quinhentos processos. Essa atividade se estendeu até 2004. Contudo, o projeto foi desativado por diversos motivos, sendo o principal

deles a federalização da Unitins e a criação da UFT, uma vez que novos docentes foram incorporados e o professor Marcos Clemente deixou a região, pois havia sido aprovado em concurso para a UFT/Araguaína. Apesar da organização, higienização e catalogação do material, o acervo foi simplesmente arquivado em um armário de aço.

Somente em 2006, outros professores retomaram o projeto, entre eles Saulo Éber Tarsio de Souza (coordenador), Valdirene de Jesus e Magda Suely. Apesar de ser uma retomada, o projeto foi reestruturado com a denominação de Centro de Documentação e Memória de Arraias (Cedma). No entanto, o professor Saulo tentou cadastrá-lo para solicitar auxílio financeiro junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas não obteve sucesso e, sem recursos, o plano não conseguiu se concretizar. Com a mudança do professor Saulo para Uberlândia (MG), pois havia sido aprovado no concurso da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a professora Magda assumiu o projeto a partir de 2009, então como coordenadora. Da equipe anterior, apenas a professora Valdirene permaneceu no empreendimento, dando novos direcionamentos ao centro de documentação.

Em 2006, a UFT detinha a guarda provisória dos documentos adquiridos em 2002, a qual foi renovada mediante autorização do juiz Marcio Ricardo Ferreira Machado. Dessa data em diante, a professora Magda passou a trabalhar junto ao referido magistrado no sentido de formular o processo para a aquisição definitiva do acervo. O grupo de trabalho coordenado por ela encaminhou ao diretor do Fórum diversos relatórios sobre o processo de catalogação, higienização e acondicionamento do acervo. Também foi formulada uma justificativa defendendo a importância desse centro para a comunidade de Arraias e região, assim como para a pesquisa histórica de modo geral. Ao receber esses relatórios, o diretor do Fórum preparou o processo, o qual foi encaminhado para a Corregedoria-Geral do Estado do Tocantins (Cget). Finalmente, em 2018, a guarda definitiva foi concedida para a UFT/Arraias. Segundo o boletim interno produzido por essa universidade, datado de 5 de janeiro do mesmo ano:

Art. 1º - Os documentos históricos dos séculos XVIII e XIX pertencentes a Universidade Federal do Tocantins, locados por origem no Campus Universitário de Arraias “Professor Doutor Sérgio Jacinto Leonor”, foram adquiridos por meio do Fórum de Arraias à UFT, com a autorização para guarda definitiva pela Corregedoria-Geral do Estado do Tocantins, de acordo com o documento sob o código verificador nº 0784776 e o código CRC DFF07B9E, estão sob guarda do Centro de Documentação e Memória de Arraias. (UFT, 2018, p. 1)

A professora Magda Suely ressalta que o papel do juiz Marcio Ricardo Ferreira Machado foi fundamental para a transferência definitiva desse acervo à UFT. Por ter sido empossado na primeira turma de juízes formada após a criação do estado do Tocantins, em 1989, Márcio tornou-se extremamente reconhecido pela Cget. Além do seu prestígio nela, o magistrado também adquiriu respeitabilidade perante diversos juízes da região e, a partir dele, foi possível estabelecer contato com outros magistrados, entre eles Jossanner Nery N. Luna, juiz da comarca de Dianópolis, Márcio Soares da Cunha, juiz da comarca de Paranã e Edssandra Barbosa da Silva, juíza da comarca de Natividade, todas cidades de Tocantins. Esses contatos tinham e têm o intuito de adquirir documentos, manuscritos e registros para a catalogação, preservação e publicização via Cdmar. Até o momento, apenas o juiz Jossanner Nery doou todo o acervo do direito civil do Fórum para o centro de documentação. Atualmente, o Cdmar reúne documentos manuscritos – produzidos entre os séculos XVIII e XX – que haviam sido preservados nos tribunais civis de Arraias e Dianópolis, assim como todo o conjunto de documentos institucionais da Unitins/Arraias.

Além da posse desses documentos, a professora Magda Suely travou outras batalhas pela organização do acervo do Cdmar. Entre elas, a aquisição de armários, salas e climatizadores. Em 2015, a professora conseguiu seis armários deslizantes. A principal facilitadora desse material foi a professora Maria Auxiliadora Seabra Resende, mais conhecida por professora Dorinha, deputada federal pelo estado do Tocantins. A então deputada federal obteve verba de bancada para comprar os armários, que foram entregues ao centro de documentação em 2016. A partir desse ano, um novo grupo de docentes deu continuidade ao projeto de implementação do Cdmar, entre eles o professor e historiador George Leonardo Seabra Coelho.

Com a chegada dos armários deslizantes e a elaboração de um projeto mais robusto, a atual direção do *campus* de Arraias, ocupada pelo professor Antonivaldo de Jesus, providenciou um espaço apropriado para o alojamento do acervo em uma sala climatizada. Inicialmente, esse espaço seria nas dependências do prédio da biblioteca, o qual ocuparia 10 m², mas em reunião entre Luís Paulo (prefeito do *campus* de Arraias), a direção e a professora Magda ficou resolvido que seria destinado um espaço específico para a sede do Cdmar. Essa decisão teve por base a proposta de que esse centro de documentação não seria apenas para acomodar o acervo dos manuscritos cartoriais de Arraias, Dianópolis e documentos institucionais da extinta Unitins-Arraias, mas de transformar o Cdmar em um espaço de pesquisa acadêmica nas diversas áreas do conhecimento e, por essa razão, o referido arquivo não beneficiaria apenas a comunidade local, mas toda a sociedade brasileira.

A professora Magda pensa o Cdmr não apenas como um lugar para a pesquisa histórica, mas também como espaço para a formação de professores e para o diálogo entre o arquivo, a educação básica e a sociedade civil. O referido centro de documentação está vinculado ao GHISE, grupo de estudos responsável pela efetivação de futuras ações como, por exemplo, seminários, mesas-redondas, minicursos, oficinas e visitas guiadas. O Cdmr está mantendo contato com a Câmara Municipal de Arraias com o intuito de adquirir a doação de outros documentos. A professora também está dialogando com gestores da UFG e da UnB para a aquisição de materiais específicos para o funcionamento do arquivo, assim como para a oferta de cursos técnicos para a equipe que atua no centro. Nos últimos dois anos, o professor George Leonardo Seabra Coelho – coordenador de pesquisa histórica do Cdmr – vem desenvolvendo intenso trabalho de digitalização, pesquisa e coordenação de equipes de discentes.

Atualmente, o Cdmr possui cinco salas: de pesquisa (8 m²), de tratamento (20 m²), do acervo (60 m²), de recepção (4 m²) e da coordenação (12 m²). Vejamos, a seguir, algumas imagens da sede do Cdmr:



Figura 1 – Sala do arquivo Cdmr.
Fonte: acervo do Cdmr



Figura 2 – Sala de tratamento Cdmар. Fonte: acervo do Cdmар

Além de docentes e magistrados, a participação dos discentes na organização do Cdmар, desde as primeiras tentativas em 2002, foi fundamental, especialmente na catalogação, higienização e organização do arquivo. Muitos desses alunos trabalharam como bolsistas ou voluntários. Vale a pena lembrar de alguns nomes: Carolina Gonçalves de Moura, Denise Romualdo, Sanderson da Silva Costa, Elcimar Cardoso Valadares, Viviane Pereira Silva, Ester de Paula Martiniano, Angelica Sousa Barbosa, Jefferson Gomes, Bruno Leandro de Jesus, Elivânia Xavier Rocha, Edimária Amado da Silva, Ozeias Almeida Cruz, Iolanda Gonçalves Marinho, Genez Tavares Barbosa Jr., Monielle Ribeiro de Souza, Larissa da Silva Santos, Luana Ferreira da Cruz, Junia Furtado da Silva Xavier, Edinice Dias de Assunção, Kayalla Gomes Palmeira, Maryna Silva Dias, Kleisy da Silva Santos, Fernanda S. Leite Oliveira, Eduardo F. da Cunha Flores, Larissa Mattos Ribeiro, Valdirene Cursino, Miriam Alves dos Santos e Tathijama Gomes.

A comunidade arraiana também contribuiu de diferentes formas, como, por exemplo, doando computadores, livros raros e caixas-arquivo. Alguns membros da comunidade merecem ser destacados: Joaquim Francisco Rezende, Maria Zaira Baptista de Mello, Maria Célia Musa, Fernando Antônio de S. Moreira e Mônica Barroso Moreira. Não podemos esquecer de outros docentes do *campus* de Arraias (TO) que, de uma forma ou de outra, participaram do projeto: Idemar Vizolli, Willian Douglas Guilherme e Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem. Por último, mas não menos importantes, devemos agradecer aos servidores administrativos da UFT/Arraias: Luiz Paulo Ramalho Barbosa (prefeito do *campus* de Arraias), Isaias Cristino Esteves Barreto (bibliotecário),

Marcus Vinicius Santos de Oliveira (engenheiro civil do *campus*) e Sandra Regina Evangelista Araújo (técnica administrativa).

Acreditamos que, por este breve relato do percurso histórico de institucionalização do Cdmr, tenha sido possível reconstruir a articulação dos diferentes sujeitos na concretização desse centro. Ao lançar mão do pensamento sociológico de Norbert Elias (2006), a noção de “interdependência” sugere uma questão central neste trabalho. Esse autor buscou equilibrar a dicotomia sociedade-indivíduo³ presente nas interpretações sociológicas, para tanto, buscou romper com essa dualidade – sociedade-indivíduo – ao defender que

os indivíduos formam em conjunto as figurações particulares, que possuem suas regularidades, suas estruturas e suas dinâmicas. E com base nisso perceber, ao mesmo tempo, a estrutura de personalidade e a dinâmica dos indivíduos que formam essas figurações, assim como a estrutura e dinâmica das próprias figurações como inseparáveis, mas nitidamente como diferentes níveis dos acontecimentos sociais. (Elias, 2006, p. 301)

Ao evidenciar as relações entre os sujeitos – redes de interações – e as estruturas sociais, consideramos que a atuação da professora Magda aproximou-se da concepção de interdependência proposta por Elias (2006). Defendemos que a institucionalização do referido acervo somente pôde ser concretizada através de uma sociedade de indivíduos corporativistas, onde a professora era a cabeça, isto é, a parte sensitiva do corpo que, no caso estudado, foi o Cdmr. Foi ela a responsável por articular diversos sujeitos em prol da organização e institucionalização do acervo. Consideramos que a estruturação do acervo foi profundamente democrática, tendo a participação ativa e colaborativa do corpo docente, de magistrados e da sociedade civil do município de Arraias e região. Observamos, também, que todos aqueles que participaram do processo de criação do Cdmr estavam enredados em uma vida social comum, em que uns indivíduos – independentemente das formas de existir socialmente – dependeram de outros indivíduos para concretizar o objetivo.

A partir dessa constatação, entendemos que a heterogeneidade e a interdependência foram fundamentais para a compreensão de como ocorreu o processo de criação do referido acervo, pois o máximo de distância na relação de sociabilidade equivaliu ao máximo de proximidade entre esses sujeitos. Seguindo

3 Sociologicamente, essa dicotomia era abordada de duas formas: algumas focavam as possibilidades de o indivíduo impor-se frente às estruturas sociais, outras davam atenção às determinações estruturais sobre a ação dos sujeitos.

esse raciocínio, levamos em conta a relação entre um indivíduo – a professora Magda Suely – e a pluralidade de pessoas envolvidas com a criação do Cdmar – os docentes, os discentes, os magistrados e a comunidade arraiana. Em certa medida, essa relação pôde nos ajudar a escrever a breve história desse centro de documentação e, ao mesmo tempo, entender como os sujeitos ligavam-se uns aos outros numa pluralidade, a qual teve papel fundamental na consolidação do Cdmar.

Como foi possível perceber a partir dessa exposição, ficam claras as diversas relações estabelecidas entre um indivíduo e a pluralidade de pessoas envolvidas com a criação do Cdmar. Outra questão que merece ser respaldada a partir dessa experiência é a necessidade de diálogo entre a universidade e os representantes do Poder Judiciário. Ressaltamos que esse diálogo deve ser ancorado em políticas públicas voltadas para a criação de arquivos públicos, as quais são fundamentais para a concretização de projetos que visam à preservação de documentos e à institucionalização de centros de documentação.

De modo mais geral, a organização desse arquivo é mais do que um exercício de catalogação de documentação histórica – sempre necessário, diga-se de passagem –, é um exercício de reativar seus significados para estudar a experiência histórica nela inscrita e, por essa via, identificar as possíveis linhas de força que se projetam no presente. Defendemos que, à medida que novos problemas são colocados para os historiadores, emerge a constatação de que a construção da memória se coloca como um campo de forças, no qual as relações de poder definem qual versão se quer preservar sobre as lutas que aconteceram na sociedade. Portanto, a documentação preservada no Cdmar poderá permitir múltiplas construções históricas no futuro, o que certamente aumenta nossa responsabilidade.

Para além da posse de documentos doados por varas ou tribunais de municípios do estado do Tocantins, torna-se de suma importância apresentar a política de preservação desses documentos proposta pelo Cdmar. Seguindo esse raciocínio, veremos, no próximo tópico, a forma como é pensado o Cdmar, o processo de digitalização dos manuscritos do século XVIII, as ações desenvolvidas até o presente e alguns projetos futuros.

Processo de catalogação e digitalização do acervo cartorial do século XVIII preservado no Cdmar

Ao afirmar que memória e história se completam, o historiador Jacques Le Goff (1994) afirma que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades

fundamentais dos indivíduos e das sociedades” (p. 410). Com vista a essa premissa, a organização do acervo do Cdmar se configura para nós, pesquisadores da UFT, como um movimento de busca constante da nossa identidade regional e, ainda, da nossa identidade profissional de historiadores que lutam pela recuperação e preservação de nossa memória.

No que concerne especificamente aos acervos históricos, consideramos que é preciso desmistificar a ideia já arraigada de que esses espaços são lugares abarrotados de papéis velhos, com funcionários zelosos e ranzinzas, que atendem mal ao público com suas ações voltadas, exclusivamente, para a conservação daquilo que já não tem mais significado real para o presente. Um acervo – conjunto de bens que integram um patrimônio – deve, antes de ser o lugar que protege o patrimônio documental sob sua guarda, ser o lugar que fomenta, divulga e promove a pesquisa e a produção do conhecimento científico. Nesse sentido, fica evidente que o acervo de um centro de documentação é fundamental para que a análise crítica da realidade se efetive como ação. Contudo, mais do que isso, deve-se transformá-lo em um espaço de atividade febril e constante para torná-lo vivo e necessário à explicitação da realidade vivida.

De acordo com Maria Giorgetti Valente (2017), os acervos das instituições de memória – entendidas como bibliotecas, museus e arquivos – “são conjuntos de bens que contêm informações de diferentes áreas do saber e promovem acesso ao conhecimento, à educação e à cultura, além de preservar a memória e a identidade”. Levando em consideração essa função social, a autora destaca que o “desenvolvimento das tecnologias digitais [...] traz a possibilidade de esses acervos serem divulgados e chegarem a públicos ampliados, não mais restritos a limitações geográficas” (Valente, 2017, p. 7).

Diante da constatação referente à importância da comunicação e da publicação dos documentos encontrados nos acervos públicos, uma primeira experiência de digitalização do acervo do Cdmar já foi iniciada. Colocar em pauta a discussão sobre a digitalização desse acervo traz à luz diversas oportunidades para a pesquisa histórica, especialmente sobre a sociedade goiana e tocantinense entre os séculos XVIII e XX. Mesmo com as propostas referentes ao recurso da digitalização, André Lopez (2002) considera que é fundamental não perder a organicidade do conjunto documental. Para o autor, “a despeito das sedutoras possibilidades abertas pela informática, não podemos nos esquecer de que ela é apenas uma ferramenta destinada a auxiliar em um trabalho arquivístico” (Lopez, 2002, p. 48). Na mesma linha de raciocínio, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (2012) ressalta que um acervo digital bem organizado “não garante impactos significativos sobre o conhecimento, a inovação científica e sobre a ciência”, mas “poderá contribuir com o trabalho de produtor de conhecimento” (p. 62).

Ao lado da questão de manter a organicidade do arquivo e entender as tecnologias digitais como ferramentas, uma pergunta incomoda todos os profissionais da área da arquivologia: quanto tempo essas informações digitais permanecem disponíveis para as próximas gerações? Essa preocupação é levantada por diversos autores, entre eles, Luis Fernando Sayão e Luana Farias Sales (2012), Santos (2014), Henrique Machado dos Santos e Daniel Flores (2017). Para esses pesquisadores, as teorias arquivistas devem levantar a questão da obsolescência digital, ou seja, o processo de depreciação dos documentos digitais. Eles defendem a necessidade de conhecer as dimensões desse problema a fim de evitar ou, pelo menos, minimizar seus efeitos, e assim confrontar o problema da obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos.

Para Valente (2017), outro aspecto referente ao armazenamento, à preservação e à disponibilização dos arquivos digitais é o custo elevado para sua implantação. Frente a essa questão financeira, a autora defende que todo projeto de digitalização depende de um planejamento, conhecimento de tecnologia da informação e de segurança de dados. Além disso, envolve “necessariamente o planejamento sobre o momento pós-digitalização em termos de inserção de metadados nos objetos digitais, atualização nas bases de dados e padronização da nomenclatura de arquivos” (p. 11). Outro ponto que, segundo Valente, merece destaque é a “sustentabilidade digital”, ou seja: frente aos altos “custos envolvidos com digitalização e preservação, a instituição precisa colocar-se algumas perguntas antes do início de qualquer projeto como ‘o que digitalizar?’” (p. 12). Diante da diversidade de documentos preservados no Cdmr, nosso objetivo até o presente momento foi a digitalização de todos os manuscritos cartoriais do século XVIII, principalmente por ser o conjunto documental mais vulnerável, devido à ação do tempo.

Considerando que a sociedade atual não pode prescindir dos inúmeros recursos midiáticos, porque toda ação e reflexão passa a ser volatilizada e, por isso, atomizada frente ao novo, um acervo digital passa a ser o locus referencial dessa sociedade que precisa ou necessita (re)conhecer-se nesse mundo tecnológico. Se não isso, só lhe resta estar aí, no mero acontecer, como órfão do tempo, sem marcas, sem memória social, sem passado. É nessa lacuna aberta pela novidade, pelo moderno, que a organização do Cdmr e, posteriormente, a criação do Centro de Documentação Digital na Universidade Federal do Tocantins no *campus* de Arraias⁴ (CDDUFT) se impõe. Defendemos que a digitalização e a

4. O CDDUFT pretenderá fortalecer o intercâmbio com os centros de documentação existentes em outras universidades, bem como com estudos de outros pesquisadores. A publicação do acervo digital se dará nos moldes de um projeto de website.

posterior publicização dos acervos digitais podem, em um primeiro momento, proporcionar diversas ações de ensino e pesquisas históricas sobre a sociedade do nordeste goiano e sudeste tocantinense.

Como sugestão para trabalhar com os processos de digitalização dos acervos documentais localizados em arquivos, Santos (2011) sugere dez ações para a preservação digital de documentos, as quais guiaram o processo de digitalização do acervo do Cdmr: política de preservação; não dependência de hardware específico; não dependência de software específico; desconfiança de sistemas gerenciadores como única forma de acesso ao documento digital; migração dos documentos de suporte e formato periodicamente; replicação dos documentos em locais fisicamente separados; desconfiança do suporte de armazenamento; realização de *backup* e cópias de segurança; descarte de lixo digital; e, finalmente, garantia da autenticidade dos documentos digitais.

Antes de iniciarmos a digitalização, realizamos a identificação e avaliação dos conjuntos documentais que passariam por esse processo. Apesar das dificuldades, entre elas a falta de investimento, o Cdmr já possui toda a documentação do século XVIII digitalizada. Vejamos algumas imagens desse trabalho:



Figura 3 – Tipo da amarração dos manuscritos. Fonte: acervo do Cdmr

Seguindo a orientação de Jayme Spinelli, Emiliana Brandão e Camila França (2011), os documentos passaram pelo tratamento de higienização, consolidação do suporte e planificação. O mais importante é que os manuscritos digitalizados nessa primeira etapa não são documentos rotineiros, repetitivos,

George Leonardo Seabra Coelho

Trajatória pessoal e criação de acervos: a atuação da professora Magda Suely Pereira da Costa na institucionalização do Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região (Cdmar)



Figura 4 – Higienização dos manuscritos.
Fonte: acervo do Cdmar

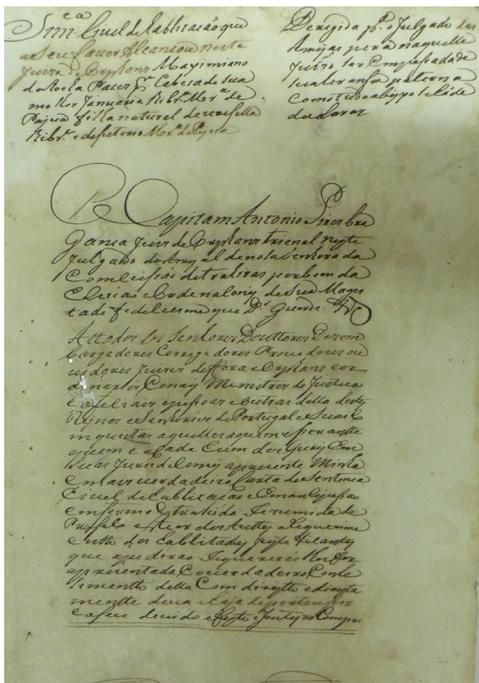


Figura 5 – Folha de manuscrito digitalizada.
Fonte: acervo do Cdmar

desprovidos de valor informativo ou probatório, mas de suma importância para a compreensão de aspectos sociais da sociedade do sudeste tocantinense e nordeste goiano do século XVIII, pois são únicos e compostos, em sua maioria, de inventários.⁵ Todos os documentos são mantidos preservados em caixas-arquivo dentro dos armários, pois, como lembra Bernardes (2008), os documentos digitalizados não possuem valor legal e, por isso, seus originais de guarda permanente devem ser preservados de forma a manter seus valores probatórios, informativos e históricos.

Esse projeto está se consolidando devido ao trabalho árduo da professora Magda Suely e da equipe do Cdmar, que nos últimos vinte anos mantiveram contato com diversos magistrados, para obter a posse definitiva dos documentos pertencentes a alguns tribunais do sudeste do Tocantins, com a equipe gestora da UFT e com a sociedade civil local. Futuramente, pretendemos localizar e mapear o patrimônio cultural – material e imaterial – e documental da região, através de um sistema de rede cooperativa na área do patrimônio cultural e documental, o qual se constituirá em parceria com o curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT. Esperamos, também, estabelecer intercâmbio de informações referentes aos acervos, tendo em vista a formação de uma rede cooperativa na área do patrimônio cultural e científico, compartilhando, igualmente, a base de dados com outras instituições no Brasil e no exterior. É na vivência do resgate da memória, em sua diversidade de “sinais” e de reconstituição de um passado, que o Cdmar tirará do anonimato algumas estruturas não perceptíveis dentro de processos mais globais, para assim estabelecer um diálogo entre o geral e o particular, entre o nacional e o local. O Cdmar poderá ser considerado um centro especial na medida em que terá sob sua guarda um banco de dados resultantes de inúmeras contribuições de pesquisas, mas, especialmente, de doações de documentos que serão assepsiados, organizados, digitalizados e publicados.

5 Em relação ao número de processos que remetem ao século XVIII, encontramos 65 documentos dos mais variados tipos: petição, auto de emancipação e habilitação, auto de justificação e habilitação, autos de ação de penhora, autos de condenação, autos de crime, autos de execução, autos de habilitação, autos de justificação, autos de libelo civil, carta precatória, inventário, penhora executiva, prestação de contas e testamento. Esse montante soma um total de 1.683 páginas, dividido cronologicamente em quatro caixas. Em uma análise preliminar, vemos que o maior conjunto documental é o inventário, formado por cerca de trinta processos, somando um total de 966 páginas.

Considerações finais

Como visto, o principal objetivo deste artigo foi salientar a relevância da relação entre a professora Magda Suely e a institucionalização do Cdmar, em que se destaca o papel dessa personagem como mecanismo sociológico para desenvolvimento de ações de preservação da memória. Pensamos a criação desse centro de documentação a partir da trajetória dos profissionais que estão na linha de frente do empreendimento. Dessa forma, optamos por compartilhar essa experiência e inspirar novas iniciativas no campo da preservação do patrimônio documental em outros pontos do país.

Também foi possível ressaltar os principais objetivos do Cdmar, entre eles, reunir documentos que possam revelar novas faces da história das cidades do sudeste do estado do Tocantins, entre elas Dianópolis, Taguatinga, Conceição, Natividade, Paranã e Arraias, bem como de cidades do nordeste do estado de Goiás, entre elas Monte Alegre e Cavalcante. Poderíamos perguntar o que essas cidades têm em comum? A resposta é direta: todas surgiram no período colonial do Ciclo do Ouro, mais precisamente no século XVIII. O argumento de dizer que os documentos cartoriais preservados no Cdmar podem reunir informações que revelam novas faces da história das cidades do sudeste do estado do Tocantins e do nordeste do estado de Goiás pode ser justificado pelo seguinte fato: os intercâmbios – familiares, econômicos, sociais, religiosos e culturais – entre essas cidades e seu passado histórico estão intrinsecamente ligados desde o período colonial. A conservação desse material representa a valorização da cultura local/regional, bem como da história do Brasil, ao permitir a produção de pesquisas que relacionem o ciclo de mineração ao modelo escravista. Diante dessa constatação, defendemos que esse espaço de preservação documental tem como missão salvaguardar o acervo material dos documentos históricos e, conseqüentemente, de nossa memória nacional.

Além da política de preservação, o Cdmar também assumiu outras missões. Como vimos, pretenderá sistematizar o acesso on-line, via internet, não só dos instrumentos de pesquisa utilizados na organização do centro, como também de alguns documentos do acervo. Para tanto, será elaborado um guia institucional de acervo, pois com ele o público terá a possibilidade de conhecer a organicidade do arquivo. Um segundo passo será a organização de debates sobre a valorização do patrimônio cultural e documental, através de palestras, cursos de extensão, atividades de ensino, cursos técnicos de arquivologia, assessoria para entidades que desejam implantar e organizar arquivos digitais no estado do Tocantins. Também iremos promover a circulação de relatórios, artigos e

projetos de pesquisa e/ou extensão, através da criação de um website interativo. Esse projeto irá possibilitar o intercâmbio e a aproximação de propostas e de pesquisadores locais com os de outros centros com preocupações semelhantes. Por fim, incentivaremos a criação ou incorporação de núcleos de pesquisa desenvolvidos pelos professores de outras universidades públicas que se dedicam aos estudos e pesquisas sobre a região.

A equipe do Cdmar vem desenvolvendo um banco de dados para resgatar todas as informações consideradas relevantes para o patrimônio cultural – material e imaterial – e documental do estado do Tocantins. Ademais, diante da importância de um projeto dessa natureza, não mediremos esforços para a execução de um antigo sonho, sobre o qual temos a certeza de já se encontrar materializado na organização do Cdmar. Não podemos nos esquecer do importante papel da professora doutora Magda Suely, pois sem a perseverança dessa profissional da educação nada disso teria acontecido. Por tudo isso, este artigo – além de seu caráter estritamente científico – é dedicado a essa mulher de garra, que dia após dia lutou pela institucionalização desse espaço de pesquisa, o qual se tornará, em breve, uma referência do estado do Tocantins.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- _____. *Tratamento das entrevistas de história oral no Cpdoc*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2005.
- AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012. 248 p.
- BERNARDES, Ieda Pimenta (coord). *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 240-265, jan./jun. 2001.
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- COSTA, Magda Suely Pereira. *Centro de Documentação e Memória de Arraias/TO: história, conhecimento e saberes*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2017b. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2017/centro_de_documentacao_e_memoria_de_arraiaisto_historia_conhecimen.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.
- _____. *Educação e cultura: o olhar e sentir no Chão do Mimoso*. 1. ed. Fortaleza, Ceará, Brasil: Imeh, 2017a.
- _____. *Educação e cultura de Arraias*. Palmas, Tocantins: Cartográfica Editora do Tocantins Ltda., 2000.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009. 448 p.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- FONSECA, Vitor Manoel M. da; BEZERRA, Darlene Alves. Arquivos e administração pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público,

- 1938-1945. Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), v. 5, nov. 2017, Belo Horizonte.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 167-182.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. 64 p.
- MARQUES, Angélica A. da Cunha. *A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.
- SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. *Brazilian Journal of Information Studies: research trends*, v. 11, n. 2, p. 28-37, 2017.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: Teatral/Faperj, 2010.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. *Ciência da Informação*, v. 41, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1357>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- _____. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SILVA, Eliezer Pires da. *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, R. R. G. (org.). *Preservação documental: uma mensagem para o futuro [on-line]*. Salvador: Edufba, 2012. ISBN 978-85-232-1221-6. 130 p.
- SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. *Manual técnico de preservação e conservação*. 2011. Disponível em: <https://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2016/02/Manual-T%C3%A9cnico-de-Preserva%C3%A7%C3%A3o-e-Conserva%C3%A7%C3%A3o-de-Documents-Extrajudiciais-.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). *Boletim interno*. Edição n. 2, 5 jan. 2018. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/g8oYNH5-T_O81j9_6YAeAA/content/Boletim%20Interno%20n%C2%BA%2002%20-%20de%2005%20de%20janeiro%20de%202018.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.
- VALENTE, Maria Giorgetti (org.). *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2017. 216 p.

Recebido em 31/5/2020

Aprovado em 9/2/2021